TL 4974

UMA PEDRA NO SAPATO DA INDONESIA

Ficou célebre a metáfora de Ali Alatas, ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, quando há dois anos comparou Timor-Leste a uma pequena pedra no sapato da Indonésia: não a impede de andar, mas incomoda e fere tanto, que há que deitá-la fora. Como ver-se livre da pedrinha sem perder a meia e o calçado, eis o que move agora os detentores do poder em Jacarta.

Muita coisa mudou desde que a Indonésia invadiu, no dia 7 de Dezembro de 1975, a colónia portuguesa de Timor. Nessa altura, Henry Kissinger estava convencido de que a ocupação de consumaria em 6 dias, ou no máximo, 3 semanas, e o presidente norte-americano Gerald Ford visitou a capital indonésia no dia anterior ao assalto de Dili, dando luz verde às aspirações expansionistas do regime militar de Jacarta.

Dezanove anos depois, em vésperas da Cimeira da APEC (Asia-Pacific Economic Conference), que terá lugar justamente na capital indonésia em meados de Novembro, os responsáveis pelos governos de três países - os Estados Unidos, o Canadá e o Japão - parecem dispor-se a levantar a questão de Timor-Leste nos seus encontros bilaterais com o presidente Suharto e o ministro dos Negócios Estrangeiros Ali Alatas.

O principal factor de mudança foi a profunda convicção e persistência do povo de Timor-Leste na luta contra a ocupação estrangeira e o amadurecimento da sua direcção política ao longo de uma Resistência que tem posto à prova todas as capacidades de pensamento, acção, vontade e coragem da populacão timorense. Mantendo activa uma frente armada, por diversas vezes ameaçada de extermínio definitivo, que agora se coloca no terreno consciente das suas inúmeras fragilidades e, simultaneamente, da sua enorme força enquanto garante da continuidade da luta, abrindo novas frentes no coração das aldeias estratégicas, das vilas e das cidades ocupadas pelos aparelhos militar, para-militar e de segurança indonésios, mobilizando as novas gerações para a continução da luta sob formas inovadoras, adequadas a novas situações, o povo maubere conseguiu romper nos últimos anos dois reféns do poder ditatorial de Jacarta: os sectores de oposição ao regime no interior do próprio país e as opiniões públicas de parceiros da Indonésia na ASEAN.

Um segundo grande factor foram todos os pequenos grupos, jornalistas, parlamentares, membros de Igrejas, de muitos países de todos os continentes que ao longo de anos persistiram na

denúncia dos crimes cometidos pela ditadura de Suharto em Timor-Leste e na continuada exigência do direito à autodeterminação do povo timorense. Foi uma corrente que foi engrossando, criando as suas próprias raízes em cada terreno específico, fossem países ou sectores de actividade, estabelecendo interrelações concretas com a Resistência timorense no exterior e no interior e entre si, até ter hoje uma capacidade de intervenção e uma audiência nunca imaginadas há meia dúzia de anos atrás.

O contexto faz também os acontecimentos. O fim da guerra fria modificou as representações e as expectativas quanto ao papel da região Asia-Pacífico, acelerou a abertura económica e política dos países da região, trouxe para a luz da ribalta exigências de democracia e respeito pelos direitos humanos para (quase) todo o mundo.

A Indonésia sofre este impacto. Coincidem o fim da vida do ditador e as tensões geradas pela corrida à sucessão com a fatal modernização dos mecanismos económicos e do aparelho de Estado, assim como com os novos comportamentos dos sectores mais intervenientes na vida social, com destaque para os trabalhadores fabris e camponeses e para os intelectuais e estudantes. Timor-Leste passou sucessivamente, na sociedade indonésia, de um não-lugar para um tabú, de um tabú para um ponto de interrogação, de um ponto de interrogação para um terreno de luta contra a ditadura e pela democracia na Indonésia. Este foi outro factor de mudança essencial.

ACONTECIMENTOS-CHAVE

O massacre de Santa Cruz, em 12 de Novembro de 1991, no qual foram assassinados a sangue frio perto de 300 timorenses, na sua maior parte jovens, alguns deles já feridos, de acordo com testemunhos inequívocos, marcou uma viragem no conhecimento e condenação da ocupação de Timor-Leste. Não que este fosse o primeiro, não que este fosse o maior crime indonésio em solo timorense, não que os indonésios esqueçam os massacres de que têm sido vítimas desde 1965 - para o ano que vem Suharto celebrará 30 anos sobre a matança de pelo menos um milhão de conterrâneos, por si ordenada e conduzida. Mas as cenas de horror do cemitério de Santa Cruz foram presenciadas por estrangeiros e foram filmadas por um jornalista britânico cujas imagens quase deram a volta ao mundo. Um jovem neo-zelandês, Kamal Bamadhaj, perdeu também a vida e a sua família levou a tribunal, nos Estados Unidos, o general indonésio Sintong Panjaitan, que partilhando das responsabilidades pelo massacre, tinha procurado "refúgio" na Universidade de Harvard.

Um ano mais tarde, a 20 de Novembro de 1992, a prisão do Comandante Xanana Gusmão, líder máximo do Conselho Nacional da Resistência Maubere (a organização que envolve todas as formações políticas timorenses), a tortura a que foi submetido, as

escandalosas irregularidades do processo judicial que culminou com um julgamento a vários títulos ilegal e a sua condenação a prisão perpétua - mais tarde reduzida a 20 anos - voltou a agitar a opinião pública internacional e provocou tomadas de posição de centenas de personalidades do mundo inteiro, a favor da libertação dos presos políticos timorenses e do direito à autodeterminação do povo maubere.

Em Junho de 1994, a realização da Asia-Pacific Conference on East Timor em Manila provocou um verdadeiro furacão político na área. A Indonésia tentou impedir a concretização da Conferência e obrigou o presidente Fidel Ramos a deportar um número considerável de delegados estrangeiros, incluindo a laureada com o Prémio Nobel da Paz Mairead McGuire. O povo filipino sentiu-se a viver na "28ª província" da Indonésia e o governo de Malacañang sofreu uma pesada humilhação. Mas da APCET nasceu a APCET: Asia-Pecific Coalition on East Timor, envolvendo representantes de grupos de solidariedade e instituições de um número importante de países. Seguiram-se acções em Hong-Kong, Kuala Lumpur e Bangkok. Timor-Leste foi definitivamente recolocado no mapa da região e na agenda das questões inevitáveis.

NEGOCIAÇÕES PARA O REFERENDUM

Timor-Leste é o território mais populoso que consta da lista da ONU dos territórios não autónomos. Portugal continua a ser reconhecido internacionalmente como a Potência Administrante, enquanto a Indonésia é, de facto, a potência ocupante. Trata-se, por isso, no final do século XX, de um processo de descolonização clássico, com a diferença de que o poder colonial é exercido por um regime vizinho e não por uma potência europeia.

O povo de Timor-Leste tem direito a decidir sobre o seu futuro. É necessário preparar as condições para um referendum que possa constituir um acto de autodeterminação verdadeiro e credível. Neste contexto, são fundamentais dois adquiridos dos últimos 10 anos: em cumprimento da resolução 37/30 da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1982, as negociações entre os governos de Portugal e da Indonésia, sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU; muito recentemente, o envolvimento, ainda que de forma indirecta, da parte timorense no processo negocial e o reconhecimento, ainda que implícito, da Resistência timorense por parte do governo indonésio, cujo ministro dos Negócios Estrangeiros aceitou encontrar-se, no âmbito da ONU, com dirigentes do CNRM, da FRETILIN e da UDT (os dois partidos políticos timorenses significativos).

O fim do apartheid custou dezenas de anos de luta, sofrimento e árduas negociações, o processo de paz na Palestina é um mundo de complexidades, o longo caminho para a resolução do conflito irlandês está apenas no início. Timor-Leste não será uma excepção.

Toda a negociação é uma teia de avanços e recuos, expressão de um medir de forças constante. Não poderemos estar senão do lado do povo timorense, da razão dos seus direitos, das forças democráticas indonésias, dos cidadãos do mundo que lutam pela justiça e pela liberdade.

Luísa Teotónio Pereira

Outubro de 1994